

# INTRODUÇÃO<sup>1</sup>: PARA UMA ECONOMIA FEMINISTA<sup>2</sup>

**Cristina Carrasco**

O ingresso massivo das mulheres (de classe média) no ensino superior e no trabalho assalariado junto com o ressurgir político e ideológico do movimento feminista provocaram nas últimas décadas certas mudanças de perspectiva nas diferentes disciplinas. Trata-se de mudanças profundas que não só pretendem “agregar” o estudo das mulheres nas pesquisas, mas sobretudo, é uma tentativa de resolvê-los. A introdução da categoria “gênero” revela a insuficiência dos corpos teóricos das ciências sociais, pela sua incapacidade de oferecer – não uma explicação- mas um tratamento adequado à desigualdade social entre mulheres e homens. Estes novos enfoques pretendem denunciar o viés androcêntrico que subjaz o “saber científico”: a eleição dos temas de pesquisa, a forma de aproximação, a interpretação de dados e resultados, etc., acontecem sob uma perspectiva que pretende universalizar normas e valores que correspondem a uma cultura construída pelo domínio masculino. O resultado até agora é um avanço epistemológico importante: por um lado, se constroem novas parcelas de conhecimento e, por outra, se redefinem categorias e conceitos partindo da própria experiência das mulheres. No entanto, pouco foi feito na transformação real das disciplinas. Assim, os enfoques novos e os tradicionais decorrem por vias paralelas sem se cruzar.

A economia – apesar de ser a disciplina social menos sensível às rupturas conceituais - não é indiferente a este processo de crítica teórica e metodológica. Já no século XIX – e coincidindo com a primeira onda do feminismo- diversas autoras escrevem sobre o direito das mulheres a ter um emprego e denunciam as desigualdades nas condições trabalhistas e salariais entre os sexos.<sup>3</sup> Desde então e particularmente desde os anos sessenta, os escritos econômicos que estudam a problemática das mulheres aumentaram sensivelmente. Às razões já foram assinaladas anteriormente: o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e às universidades e o desenvolvimento do pensamento feminista que pressiona as diversas disciplinas.

A chamada economia feminista se inicia nestas datas com uma crítica aos paradigmas neoclássico e marxista, pela maneira de analisar a situação sócio econômica das mulheres. A economia neoclássica é acusada de racionalizar os papéis tradicionais dos

---

<sup>1</sup> Essa é uma tradução do espanhol - português do capítulo introdutório do Livro *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas* organizado por Cristina Carrasco Ed. Icaria - Antrazyt

<sup>2</sup> Uma versão mais reduzida desta introdução esta no Apêndice IV “Mulheres e Economia: debates e propostas” em Barcelo 1998. Nesta versão optamos por uma organização temática.

<sup>3</sup> Entre as precursoras, Bárbara Bodichon (1857). A fines do século, se recuperam muitos dos aspectos discutidos por Bodichon no marco do debate sobre “igual salário para homens e mulheres” (Fawcett 1918, Gilman 1898). Apesar da força e a importância destes aportes, eles são pouco citados nos textos de historia do pensamento econômico.

sexos – tanto na família como no mercado de trabalho - justificar e reforçar desta maneira o *status quo* existente (Humphries, 1995, p55). O marxismo é criticado pelas noções - supostamente neutras ao gênero - proletariado, exploração, produção e reprodução e a suposta convergência natural de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora. Desta maneira está tentando-se fazer visível uma relação dialética entre gênero e classe. Em definitiva,

(...) apesar de que as premissas e os métodos das tradições radical e neoclássica são muito diferentes, as economistas feministas (...) tem mostrado que historicamente estas escolas têm tratado a divisão por sexo do trabalho na família e na sociedade como se estivessem biologicamente determinada (Kuiper e Sap, 1995, p.4).

Além da crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, a temática estudada nas últimas três décadas é muito ampla, embora cada época esteja marcada pela discussão de determinadas questões resultado da situação sóciopolítica e do avanço intelectual. Dentre os temas analisados destacam-se, o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade. Basicamente é questionado o viés androcêntrico da economia, que se evidencia nas representações abstratas do mundo usadas habitualmente pelos pesquisadores, onde se omite e exclui às mulheres e à atividade fundamental que estas realizam, não conseguindo assim analisar suas restrições e situações específicas. “A economia tem desenvolvido uma metodologia que não consegue ‘ver’ o comportamento econômico das mulheres” (Pujol, 1992, p.3).

A chamada economia feminista dificilmente pode ser considerada um conjunto monolítico. Na discussão e elaboração teórica participam pesquisadoras(es) procedentes de diversas escolas de economia – neoclássica, marxista, funcionalista - assim com de diversas tradições do feminismo – liberal, radical, socialista -. Além disso, é quase que habitual desde a perspectiva feminista, - salvo quando se discutem aspectos metodológicos - a interdisciplinaridade , especialmente na análises de fenômenos sociais, mesmo que seja difícil separar o pensamento econômico de outras disciplinas próximas – sociologia, antropologia, história -. Ao longo dos anos oitenta se desenvolve uma convergência entre as diferentes vertentes das feministas economistas. Isto responde a razões mais genéricas, tanto de ordem político como acadêmico. Por uma parte, existe a necessidade de construir uma frente comum na luta política e o trabalho intelectual para enfrentar à direita ideológica e política emergente. Por outra parte, a corrente do pós-modernismo tem um impacto na teoria feminista: a crítica às categorias tradicionais abre a possibilidade a novas teorizações e pesquisas (Beneria, 1995). Na economia, o poder analítico da categoria gênero junto à crítica do tratamento teórico sobre a mulher, estabelece as bases para uma construção teórica feminista (Folbre e Hartmann, 1988; Nelson, 1992; Woolley, 1993).

Um fato importante para a economia feminista aconteceu em 1990. Nesta data, a Conferência Anual da American Economic Association, inclui pela primeira vez um painel relacionado especificamente com as perspectivas feministas na economia, os artigos são

publicados posteriormente em Ferber e Nelson (1993). Este texto constitui o primeiro que questiona as hipóteses da teoria econômica desde uma perspectiva feminista<sup>4</sup>. O processo se consolida com a criação da International Association For Feminist Economics (IAFFE) nos Estados Unidos, espaço de debate das distintas correntes de economistas feministas que publica a partir de 1995 a *Feminist Economics*, primeira revista desta natureza.

Também em 1993 acontece em Amsterdã a primeira Conferência “Out of the Margin. Feminist Perspectives on Economic Theory”. Os debates confirmam os limites das aproximações tradicionais e manifestam que a economia feminista não é só uma tentativa de ampliar os métodos e teorias existentes para incluir as mulheres, senão uma coisa mais profunda: procurar uma mudança radical na análise econômica que possa transformar a própria disciplina modificando alguns de seus pressupostos básicos – normalmente androcêntrico - e permita construir uma economia que integre e analise tanto a realidade das mulheres como aquela dos homens (Beneria, 1995).

Nas seguintes páginas vamos relatar algumas das problemáticas mais significativas e que são objeto de revisão e reelaboração. Nem a temática, nem a bibliografia referenciada pretende ser exaustiva. A produção teórica das últimas décadas é tão ampla que estudá-la completamente seria quase que impossível. O objetivo é oferecer uma pauta orientadora do estado da questão para as pessoas interessadas, não especialistas no tema.

Começamos com a crítica ao viés androcêntrico no pensamento econômico. Os seguintes capítulos se dedicam à discussão de questões relacionadas como o trabalho das mulheres nas suas diversas vertentes: o “debate sobre o trabalho doméstico”, a discussão do patriarcado, o conceito de trabalho e a valoração do trabalho familiar e o mercado de trabalho e as relações de gênero. Logo depois discutiremos a falsa neutralidade dos modelos e políticas macroeconômicas e finalmente o debate sobre os aspectos metodológicos da disciplina e a proposta de novas perspectivas de análises.

### **Ocultas sob a mão invisível: as mulheres no pensamento econômico.**

Só recentemente, as economistas feministas se dedicaram ao estudo da história do pensamento econômico numa dupla vertente: a crítica a invisibilidade das mulheres no pensamento clássico (e neoclássico) e a recuperação das idéias de algumas economistas silenciadas pela história e a corrente dominante da disciplina.

Numa revisão dos textos de economia evidenciamos, não entanto, que as mulheres não têm sido totalmente esquecidas, mas sim, que tem sido consideradas - explícita ou implicitamente - como exceções às regras, como alheias à esfera econômica e participando só de maneira marginal – quando se lhes permite - na atividade econômica nacional. Sempre se negou às mulheres o status de agente econômico e

---

<sup>4</sup> Antes se tinham publicado artigos, mais não existia uma publicação dedicada exclusivamente ao tema.

em conseqüência as decisões racionais normativas se realizam considerando o lugar que supostamente as mulheres têm na economia e na sociedade (Pujol, 1992, p.1).

Com certeza Michèle Pujol é a autora mais destacada - mesmo não sendo a pioneira - na crítica feminista ao pensamento econômico.<sup>5</sup> Sua obra principal *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought* é uma referência obrigatória sobre o tema. Neste livro ela discute com profundidade e argumentação o tratamento tradicional das mulheres no pensamento clássico e (primeiro) neoclássico.

Já Pujol e outras pesquisadoras (Madden, 1972; Folbre e Abel, 1989; Folbre, 1991; Dimand *et al.*, 1995; Gardiner, 1997),<sup>6</sup> estudam as raízes da invisibilidade econômica das mulheres nos economistas clássicos: o “esquecimento” das atividades não mercantis, sua articulação com a produção capitalista e a participação das mulheres na criação de “capital humano”.

Os pensadores clássicos – estudiosos do que mais tarde seria a chamada economia política - viviam num período de transição e reestruturação da realidade social, ligada naturalmente ao processo de industrialização. A produção orientada ao mercado vem sendo separada da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar, processo que se consolidará posteriormente com a implantação generalizada do capitalismo. Esta situação ajuda para que suas análises se centrem na produção capitalista e seu instrumental analítico e conceptual tome como referência exclusivamente este tipo de produção. Assim, começa uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Inicia-se uma perspectiva das análises que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família.

Agora, diversas historiadoras mostram que durante todo este período – séculos XVIII e XIX - as contribuições econômicas das mulheres para reprodução familiar são decisivas: além de assumir o trabalho doméstico, fundamental entre outras coisas para a sobrevivência infantil, mantém longas jornadas na agricultura ou trabalham fora de suas casas, seja no trabalho fabril ou como pequenas comerciantes ou como trabalhadoras eventuais, babás, lavadeiras, etc.; atividades que as mulheres já realizavam -a exceção do emprego nas fábricas- no período prévio a industrialização.<sup>7</sup>

Entretanto, o surpreendente é que toda esta atividade das mulheres – realizada tanto fora como dentro do lar - se faz de maneira invisível aos olhos da maioria dos pensadores clássicos.<sup>8</sup> Em geral se reconhece a importância da atividade das mulheres dentro de casa destinada ao cuidado familiar e, em particular, a relacionada com a criação e educação dos filhos, uma vez que se considera indispensável para que estes se convertam em

---

<sup>5</sup> Michèle Pujol morreu em agosto de 1997. Tinha 46 anos. A economia e o movimento feminista perderam uma amiga, excelente companheira, incansável lutadora e aguda crítica do pensamento econômico dominante. Sirva como pequena homenagem este merecido reconhecimento.

<sup>6</sup> As idéias expressadas a seguir se baseiam fundamentalmente na obra de Pujol, exceto quando uma outra autora for citada.

<sup>7</sup> Para estes aspectos ver a excelente obra de Tilly e Scott (1987).

<sup>8</sup> Com exceção de Stuart Mill, a quem seu conhecido relacionamento com Harriet Taylor –mulher feminista e socialista - influencia notavelmente seu pensamento.

“trabalhadores produtivos” e contribuam à “riqueza das nações”, mais a toda esta atividade, não é atribuído valor econômico. Enfatiza-se a divisão sexual do trabalho, insistindo na obrigação primeira das mulheres como mães e esposas, a qual para as mulheres casadas, seria incompatível ou não recomendável com o fato de ter um emprego.

Nas análises do trabalho assalariado não existe nenhuma discussão em torno das razões da segregação sexual nem sobre a razão dos salários femininos serem mais baixos. Todo isto é aceito como um “fato natural” conforme ao papel familiar das mulheres. O emprego feminino só seria circunstancial e complementar ao masculino, uma vez que sua verdadeira responsabilidade estaria no lar.

Desde uma outra perspectiva – a análise dos censos - também elabora uma crítica conceitual: a terminologia e os métodos utilizados no terreno mais concreto são um reflexo do que a economia esta teorizando.<sup>9</sup>

O conceito de dona de casa improdutivo era um subproduto de uma nova definição de trabalho produtivo que valorizava a participação no mercado e desvalorizava o trabalho não mercantil, atividade central na vida de muitas mulheres. A mudança na terminologia formalizou os pressupostos da economia política androcêntrica (Folbre, 1991).

Agora, apesar da incapacidade dos economistas clássicos de situar o trabalho familiar doméstico num marco analítico adequado, apresentam uma vantagem respeito à posterior economia neoclássica. O reconhecimento da importância da vida e o trabalho familiar no cuidado das crianças e na reprodução da população (tema relevante devido à elevada taxa de mortalidade infantil da época), ficam refletidos no salário considerado como custo de reprodução histórica da classe trabalhadora (Picchio, 1992<sup>a</sup>). De qualquer modo, os economistas clássicos manifestam uma tensão, uma contradição em reconhecer o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo num esquema analítico que representasse o sistema socioeconômico global. Esta tensão – salvo exceções-desapareceria com a economia neoclássica.

Com o surgimento da escola marginalista – posteriormente a neoclássica - o centro da atenção se desloca da produção capitalista ao mercado capitalista, ao intercâmbio, o que institucionalizará definitivamente a separação de ambas esferas (produção mercantil e produção doméstica) relegando esta última à marginalidade e a invisibilidade. Desta maneira, o problema central já não estará no âmbito da produção – como era o caso dos clássicos - senão no campo da eleição racional.

A crítica à escola marginalista desde uma perspectiva feminista se centra no seu recorte de gênero que leva a caracterizar às mulheres como pessoas com filhas(os), dependentes do marido ou do pai, donas de casa, improdutivas e irracionais (Pujol, 1995).

---

<sup>9</sup> Folbre e Abel (1989), Folbre (1991). Também historiadoras feministas tem estudado os problemas metodológicos do estudo do trabalho das mulheres a través das fontes estatísticas. Para o caso espanhol ver Perez-Fuentes (1995).

Este recorte – posteriormente explícito na Nova Economia da Família embora implícito desde o início - tomou corpo basicamente em dois processos. Em primeiro lugar, no debate sobre igual salário para mulheres e homens e as condições de emprego feminino que tem lugar a fins do século XIX e início do XX, onde as feministas da época - destaca-se M.G. Fawcett - rebatem com força a idéia defendida desde o marginalismo, de que os salários mais baixos das mulheres refletem sua menor produtividade. Além disto, a discussão se amplia sobre diversos conceitos: “...salário de subsistência (salário familiar) para trabalhadores masculinos, salário de mercado, salário mínimo para as mulheres (e as vezes para homens), necessidades de subsistência, subsídios familiares e outras formas de transferências” (Pujol, 1992, p. 51) que permitem analisar o viés androcêntrico do pensamento econômico.<sup>10</sup>. Em segundo lugar, no desenvolvimento originário da economia de bem-estar e o tratamento das mulheres. As críticas apontam a dois destacados economistas: Marshall e Pigou (Pujol, 1992).

Marshall aceita e justifica que a idéia burguesa vitoriana sobre a divisão sexual do trabalho se faça extensiva à classe trabalhadora.

as mulheres da classe trabalhadora são destinadas ao lar para criar capital humano masculino, enquanto que os homens devem ganhar um “salário familiar” no mercado de trabalho....Sob o disfarce de proteção, as mulheres são destinadas ao lar dando-lhes maior responsabilidade no cuidado da família e na inversão do capital humano nas crianças, mais com um orçamento mínimo justificado pela eficiência capitalista. E mesmo que isto requer um exercício qualificado de racionalidade econômica, Marshall não considera às mulheres como seres econômicos (Pujol, 1992, p. 139).

A economia do bem-estar de Pigou tem sido interpretada como uma fonte de soluções humanas para a pobreza e os aspectos mais depredadores do livre mercado capitalista. No entanto, estabelece uma diferença importante entre homens e mulheres. Estas últimas são consideradas criaturas mais fracas, dependentes economicamente do marido ou do Estado, com o lar como lugar natural, justificando para elas piores condições de trabalho e salários mais baixos que os masculinos se têm um emprego. Por outra parte reconhece que o trabalho das mulheres na família é um requisito crucial para conseguir o “bem-estar capitalista”, mais – como se sabe - o exclui da Contabilidade Nacional quando não ocorrem trocas monetárias, categorizando a atividade das mulheres em casa como não trabalho. Daí que, a análise do pensamento dos discípulos de Marshall sobre a economia do bem-estar e a Contabilidade Nacional na sua relação com as mulheres, leve às pesquisadoras feministas a concluir que:

atrás de uma aparência humanitária se escondem propostas que reforçam os valores patriarcais, a autoridade do estado, o poder do capital e a falta de opções da classe trabalhadora, os pobres e particularmente, as mulheres (Pujol, 1992, p. 194).

---

<sup>10</sup> A segunda metade do século XIX é testemunha da primeira onda do feminismo. Mesmo que se atribua mais importância ao movimento sufragista, os debates e lutas contra a discriminação das mulheres no mercado do trabalho foram importantes.

Definitivamente, esta linha de estudo coloca em evidência a maneira como vem sendo construído o pensamento econômico e como desde suas origens esta atravessada por um recorte androcêntrico que marginaliza, oculta e torna invisível a atividade das mulheres.

### **O chamado “debate sobre o trabalho doméstico”**

Nos anos sessenta economistas feministas provenientes da tradição marxista começam a questionar o esquecimento das mulheres nas análises da divisão do trabalho na família e na sociedade. Estimuladas pelo ressurgimento do interesse no marxismo e pelo desejo de identificar uma base material para a opressão das mulheres, abrem debates relacionados com a desigual participação dos sexos no trabalho assalariado, o trabalho doméstico e a família; questões que tradicionalmente tinham sido colocadas nas margens da economia. No início a tentativa destas autoras(es) era integrar a análise da atividade das mulheres nas categorias conceituais do paradigma marxista; objetivo que depois se abandonará ao reconhecer as limitações epistemológicas de umas estruturas teóricas construídas com recorte de gênero; é dizer, úteis para o estudo da atividade dos homens mais não das mulheres. Uma parte importante desta primeira discussão foi recolhida no que se há chamado “o debate sobre o trabalho doméstico”, que se desenvolve aproximadamente durante uma década.<sup>11</sup>

O “debate” está centrado fundamentalmente na natureza do trabalho doméstico e a função que este desempenha num sistema capitalista. O artigo pioneiro do Mitchell, “A liberação da mulher: a longa luta” publicado originalmente em 1966 na *New Left Review* – que de fato aparece antes que o movimento feminista socialista se desenvolva como tal - começa com uma crítica ao tratamento da questão da mulher usado na literatura marxista clássica. Estabelece como alternativa que a condição da mulher deve ser analisada em quatro estruturas separadas: produção, reprodução, socialização e sexualidade; colocando as três últimas na esfera familiar. A tese de Mitchell é questionada basicamente pela debilidade da análise das distintas estruturas, a relação entre elas, o nível de abstração usado e pela ausência de uma construção teórica da categoria “família”. Apesar destes problemas, o artigo representou um papel determinante no movimento feminista da época ao legitimar uma perspectiva de análises que estabelece a razão última da situação da mulher na base econômica, ainda que reconhece a existência de outros aspectos também importantes.

Três anos mais tarde é publicada na *Monthly Review* um artigo de Benston que faz uma análise do trabalho doméstico utilizando categorias marxistas. Ele o define como um resquício dos modos de produção precapitalistas e estuda a maneira como este tipo de trabalho atua como base material das contradições que experimentam as mulheres nas sociedades capitalistas. Assim, situa o problema da opressão das mulheres no terreno do materialismo. Apesar de ser um artigo descritivo e que não realiza uma elaboração teórica sobre a função do trabalho doméstico, contem as bases das questões que formarão parte da polémica. Não entanto, o núcleo de debate se encontra nas contribuições

---

<sup>11</sup> Em Borderias e Carrasco (1994) se comenta o debate assim como outros aspectos relacionados com o trabalho das mulheres desde uma perspectiva histórica, econômica e sociológica.

posteriores de Dalla Costa (1972), Secombe (1974), Delphy (1970), Harrison (1973), seu Gardiner (1975): a caracterização do trabalho doméstico como modo de produção, a reprodução da força do trabalho, o trabalho doméstico como trabalho produtivo e/ou criador de valor e os benefícios que obtém o capital desta atividade realizada pelas mulheres.<sup>12</sup>

A discussão sobre a caracterização do trabalho doméstico como modo de produção girou em torno à teses de Delphy: o trabalho doméstico constitui um modo de produção específico, distinto e autônomo do modo de produção industrial onde os homens exploram a força de trabalho feminina; pelo tanto, neste modo de produção patriarcal as mulheres constituem uma classe social. Desta maneira, Delphy, esta opondo a “lógica do patriarcado” à “lógica do capital”<sup>13</sup> o que representou um forte desafio às posições marxistas que responderam com virulência.

Um segundo aspecto conflitivo surge da obra de Dalla Costa. A autora aborda diretamente a questão da reprodução da força de trabalho e explica que o trabalho doméstico é produtivo enquanto reproduz a mercadoria força de trabalho. Daí se deriva o que será seu lema político “o salário para a dona de casa” que produz uma forte polêmica no movimento feminista por considerar que mais que liberar a dona de casa, legitimava seu papel no lar.

A polêmica que se formou em torno ao trabalho doméstico como criador de valor foi caracterizada pelo seu alto teor academicista, o trabalho doméstico cria valor? Produz mais-valia? Cria trabalho excedente? Tentou-se dar respostas a estas perguntas. Smith (1978) terminou com esta discussão concluindo –depois de uma detalhada análise do trabalho doméstico utilizando categorias marxistas - que este tipo de trabalho não tem porque entrar em conflito com a teoria do valor já que, ao não formar parte da produção e intercâmbio de mercancias, fica fora de seu campo de aplicação.

Outro tema fundamental no debate –e, mesmo que em termos distintos, hoje continua sendo tema de debate- tem a ver com a relação entre o trabalho doméstico, a reprodução da força de trabalho e o benefício que obtém o capital. De certa maneira, tentava-se forçar uma “teoria da reprodução da força de trabalho” marxista que permitisse desvendar o caráter do trabalho doméstico para o capitalismo: estrutural ou conjuntural?

Esta discussão levou a colocar a questão da socialização do trabalho doméstico: sendo aceito ou não o caráter essencial do trabalho doméstico, é indiscutível que a longo do tempo tem se desenvolvido um processo de transferência de certos valores de uso –produzidos originalmente sob relações domésticas - à produção socializada sob relações capitalistas. Então porque o trabalho doméstico, mesmo sendo útil ao capitalismo, tem se ido socializando progressivamente? Porquê somente tem se socializado alguns aspectos e não todos? O processo não terminou ainda e num futuro esta atividade será

---

<sup>12</sup> A existência de algumas publicações que realizam um bom balanço desta polemica, nos permitem não ter necessidade de reproduzi-la, e citar só os aspectos mais relevantes. Entre outros consultar Molyneux (1979), Alonso (1982), Carrasco (1991).

<sup>13</sup> A discussão patriarcado-capitalismo, constituiu um centro importante do debate.

socializada totalmente? O tratamento destes temas esteve mais marcado que outros por um estilo dogmático e economicista que impede analisar a verdadeira importância social dos “trabalhos de cuidados domésticos” Em termos políticos se traduz no lema “abolição do trabalho doméstico” como forma de liberação das mulheres.

14

Se olharmos retrospectivamente, o “debate” aparece, em termos gerais, bastante estéril e muitas das questões discutidas foram abandonadas sem chegar a posições comuns. O alto nível de abstração e a abusiva utilização de intrincados argumentos derivados da teoria econômica marxista tornaram o “debate” difícil de ser acompanhado e de fazer qualquer aplicação prática. O quadro em que foi desenvolvido limitou sua capacidade explicativa: centrando-se fundamentalmente no modo de produção capitalista, quase exclusivamente na atividade das mulheres na casa, teve um forte caráter economicista, definiu o trabalho doméstico de maneira muito limitada, e especialmente, não permitiu as análises e a identificação das relações de gênero presentes na produção doméstica. Apesar disto foi útil no sentido de colocar na agenda o estudo da posição das mulheres como donas de casa e o papel do trabalho doméstico na reprodução do sistema social. Com certeza o legado mais importante da polêmica foram as novas vias de análise abertas, permitindo abordar aspectos –que vão além de uma análise meramente econômica do trabalho doméstico - onde as categorias marxistas se mostrariam insuficientes.

### **Patriarcado e capitalismo: um dualismo teórico**

Não podemos falar do trabalho das mulheres sem comentar o dualismo metodológico que perpassa a discussão nos anos setenta e oitenta. Desde os inícios do “debate”, a polêmica se polariza seguindo as duas correntes do feminismo: socialista e radical. As primeiras tentam explicar a situação da mulher pondo ênfases nas relações capitalistas, em quanto que as segundas nas relações patriarcais.

Nos Estados Unidos, a noção de patriarcado é elaborada originalmente pelo feminismo radical para definir um sistema universal e trans-histórico de estruturas políticas, econômicas, ideológicas e psicológicas através das quais os homens subordinam às mulheres (Millet, 1969; Firestone, 1973).<sup>15</sup> Para esta corrente do feminismo, o patriarcado é o sistema contra o qual as mulheres devem lutar.<sup>16</sup> O feminismo socialista desenvolve um conceito de patriarcado susceptível de ser relacionado com o sistema capitalista, de tal

---

<sup>14</sup> Como veremos depois, hoje em geral os “trabalhos de cuidado” são reivindicados pelas mulheres como uma atividade provedora de bem-estar e qualidade de vida. A questão então não é excluí-lo senão como é assumido e distribuído entre as diferentes instituições e membros da sociedade.

<sup>15</sup> O conceito de patriarcado foi amplamente discutido, participando o debate feminista de distintas correntes de pensamento. O tema é muito mais complicado do que expomos aqui, tendo em conta que inclusive autoras de uma mesma escola mantêm diferenças entre elas. Para maior informação consultar a bibliografia referida. Um bom resumo se encontra em Gardiner (1997).

<sup>16</sup> Também Delphy (1970), feminista francesa se identifica com a corrente radical americana que diz que o controle dos homens sobre a força de trabalho de suas mulheres é a base da exploração no “modo de produção familiar”, uma forma de produção baseada no contrato familiar que pode coexistir –como observamos no “debate”- com modos de produção baseados nas classes sociais.

maneira que os dois sistemas atuam na sociedade reforçando-se mutuamente. De fato, esta tradição gere diferentes definições de patriarcado e oferece diferentes explicações sobre a relação entre este e o sistema capitalista. Afirmam que a subordinação das mulheres não pode ser analisada independentemente de outras formas de exploração capitalista, mas mesmo assim criticam o marxismo e às organizações socialistas por ter marginado às mulheres a nível teórico e ter concebido sua opressão como um efeito secundário da exploração de classes.

O Hartmann (1979), representante desta corrente, afirma que o patriarcado é anterior ao desenvolvimento do capitalismo e que os homens utilizaram as instituições e relações capitalistas para assegurar sua situação de privilégio:<sup>17</sup> “Podemos definir o patriarcado como um conjunto de relações sociais entre os homens que tem uma base material e que, sendo hierarquias, estabelecem ou criam uma interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permite dominar às mulheres”<sup>18</sup> Esta visão, embora utilize um marco teórico marxista, é questionado por ser “cego ao sexo” (sexblind).

Tanto Hartmann como Delphy fazem suas as categorias da exploração de classes de Marx para analisar a situação das mulheres, embora com diferenças importantes: Delphy afirma que os homens controlam a força de trabalho de suas mulheres para explorá-las diretamente, ao contrario, para Hartmann, o problema se situa no caráter de serviços pessoais que tem o trabalho das mulheres em casa, o que permite aos homens exercer um controle sobre estas.

Não entanto, ambas autoras tem sido criticadas, por uma parte, por manter uma definição muito limitada de patriarcado que na permitiria entender as causas da opressão das mulheres nem ofereceria explicação de porque os homens podem exercer o controle sobre estas (Himmelweit, 1984) e, por outra, por mostrar uma estrutura dual separando a reprodução (patriarcado) de outros aspectos do capitalismo, com o qual a análise marxista da produção poderia manter-se sem ser criticada pelo pensamento feminista (Beechey, 1979).

Assim o conceito do patriarcado se nos apresenta polissêmico, sendo utilizado com diferente significação.

Às vezes se refere aos mecanismos através dos quais os homens controlam a sexualidade e fecundidade das mulheres e a organização da reprodução humana. As vezes se refere a relações sociais mais difusas entre homens contribuindo à subordinação econômica das mulheres. As vezes sobrevive como uma aspiração cultural entre os homens, e inclusive entre as mulheres, aos quais o racismo ou a classe trabalhadora tem negado um lugar no desenvolvimento econômico (Gardiner 1997, p. 125).

De qualquer modo, a construção e utilização do conceito de patriarcado desde as distintas correntes do feminismo levou ao problema do dualismo teórico. A opressão das mulheres – objeto principal do estudo - estaria sendo analisada em uma estrutura de dois sistemas separados: capitalismo e patriarcado, modo de produção e modo

---

<sup>17</sup> A autoria enfatiza a utilização do poder dos sindicatos para marginalizar às mulheres.

<sup>18</sup> Hartmann (1980:95). A citação corresponde à tradução castelhana de Hartmann (1979).

de reprodução, sistema de classes e sistema de gêneros. A insuficiência desta análise estaria na dificuldade de integrar ambos sistemas numa estrutura coerente não funcionalista, que de conta de como construir as relações de gênero na família e na produção (Beechey, 1979; Himmlweit, 1984).

O problema do dualismo metodológico se concretiza em economia na análise do trabalho das mulheres em suas dos vertentes: doméstico e assalariado. No primeiro caso, a existência do trabalho doméstico se explica desde o feminismo socialista pelos benefícios que obtém o capital, ao contrário, desde o feminismo radical se alude à existência de relações de poder patriarcal. Nos anos seguintes ao “debate” tenta-se o desenvolvimento de estruturas que permitam estudar algumas questões mais relacionadas com o trabalho assalariado das mulheres, aspectos que tinham sido relegados ao conceder nos anos anteriores, importância ao trabalho doméstico. Assim, os problemas do dualismo metodológico se deslocam ao mercado de trabalho, procurando explicações sobre a forma específica – distinta à dos homens- como as mulheres se integram ao trabalho remunerado.

O feminismo radical explica o fenômeno como o resultado do controle direto que tem os homens na família, o que faz que a atividade doméstica seja a primeira responsabilidade das mulheres e pelo tanto condiciona sua participação no trabalho. Desde a tradição marxista, a subordinação das mulheres é considerada funcional ao capital, tanto na esfera da produção capitalista como na esfera da produção doméstica: por uma parte a existência do trabalho doméstico reduz o valor da força de trabalho o que repercute em um maior benefício para o capital e por outra, as mulheres podem ser usadas como mão de obra flexível segundo as necessidades da produção. Assim esta sendo utilizada uma explicação da atividade das mulheres baseada nas necessidades do capitalismo, contra o feminismo radical que o realiza em termos do patriarcado. Esta idéia desencadeou uma importante discussão sobre as características das mulheres como força de trabalho.

Até agora não têm faltado esforços para realizar análises integradas por parte de autoras do feminismo socialista. A conceituação do patriarcado, por um lado, e do capitalismo por um outro, como sistemas semiautônomos, dificulta a compreensão da realidade das mulheres: ‘quando observamos a realidade concreta respeito à situação da mulher, como separar o que é patriarcado do que é (na nossa sociedade) capitalismo? Não é uma concepção dualista seja errônea por definição, mais a especificidade da realidade social não se apresenta de um modo dualista, senão como uma totalidade integrada’ (Beneria, 1987). Desde o feminismo socialista se reconhecem algumas vantagens e limitações que oferece a utilização do conceito do patriarcado. Entre as primeiras, se aceita que permite realizar uma distinção entre relações de gênero e relações de classe, que evidencia a insuficiência das análises ortodoxas marxistas e que afirma que a eliminação da propriedade privada dos meios de produção não garante a aparição de uma sociedade sem desigualdades ente os sexos, e entre as segundas, a tendência a utilizar-se de maneira trans-histórica como insuficientes análises da realidade concreta e que tem potencializado uma tendência à separação da teoria e prática feminista do resto dos problemas da sociedade. Partindo destas virtudes e inconvenientes, tenta integrá-lo numa análise dialética que supere as insuficiências do enfoque marxista e que permita compreender reprodução e produção como dos aspectos de um mesmo processo (Beneria, 1987).

## O conceito de trabalho e a valorização do trabalho doméstico.

Desde uma perspectiva de gênero, o conceito de trabalho tem sido objeto de uma longa e complexa discussão nas distintas disciplinas. Neste sentido, o aporte da história, da antropologia e da sociologia foi determinante.<sup>19</sup> Embora no paradigma predominante em economia não se fez eco destas novas elaborações teóricas, diversas pesquisadoras(es) – muitas vezes como resultado do “debate”- participam da crítica ao conceito. Começa com uma questão simples: a negação à referência exclusiva ao âmbito mercantil porque redesenha a realidade negando a existência de outros tipos de trabalhos, fundamentalmente o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres, o qual impossibilita o desenvolvimento de enfoques mais globais que considerem a sociedade como um todo e analisem as estreitas inter-relações entre a atividade familiar e o trabalho de mercado no processo de reprodução social.

A discussão sobre o conceito de trabalho tem incidido em diferentes aspectos no campo da economia feminista. Um deles é a elaboração de novas perspectivas teóricas, que trataremos mais profundamente no capítulo dedicado aos aspectos metodológicos. Um outro –ao qual dedicamos as próximas linhas- tem que ver com o trabalho doméstico e a Contabilidade Nacional.

Embora com antecedentes mais distantes,<sup>20</sup> só nos anos setenta, um número importante de pesquisadoras(es) assume a problemática de medir e valorizar o trabalho doméstico.<sup>21</sup> A discussão se enfoca em três aspectos: as tarefas que devem ser consideradas trabalho doméstico, como medi-las e como valoriza-las.<sup>22</sup>

Com referência ao primeiro tema, interessa uma definição que permita determinar o campo das atividades que devem ser incluídas como produção doméstica.

Depois de diversas discussões adota-se por consenso o chamado “critério da terceira pessoa”: o trabalho doméstico é aquela atividade que pode ser realizada por uma pessoa diferente da que se beneficiará do seu serviço. Isto é, que possa ser intercambiada. O segundo aspecto, o da medição tem sido amplamente desenvolvido em sua vertente mais empírica pelos estudos sobre “os usos do tempo”<sup>23</sup> que desagregam as diversas atividades que tem lugar na família, embora ainda hoje existam problemas com esta inadequada solução, particularmente o da “produção conjunta” característica muito própria do trabalho das mulheres.<sup>24</sup> Por último, uma vez medido o número de horas dedicadas ao trabalho

---

<sup>19</sup> Uma parte importante da discussão sobre o conceito de trabalho esta em Borderias e Carrasco (1994).

<sup>20</sup> Em seu trabalho clássico, Margaret Reid (1934) retifica a noção tradicional de família considerada como unidade de consumo para também considerá-la unidade de produção.

<sup>21</sup> A bibliografia existente é bastante ampla. A existente ate os anos noventa é possível consulta-la em Carrasco (1991). Um bom balance da discussão até esta data Beneria (1992). Para referencias posteriores, Bruyn-Hundt (1996), o numero 19 da Revista Política e Sociedade (1995) e o volumem 2(3) de Feminist Economics (1996).

<sup>22</sup> Só faremos um breve comentário; ver a bibliografia referenciada anteriormente.

<sup>23</sup> As referencias obrigatórias são Szalai (1972) e Gershuny e Jones (1987). Ao nível internacional, as publicações da rede “The Changing Use of Time”. Também foi importante a denuncia das desigualdades de sexo nas horas de trabalho realizada pelo PNUD (1995).

<sup>24</sup> Floro (1995<sup>a</sup>) insiste neste tema se referendo especialmente às mulheres de países não industrializados.

doméstico como se valoriza este tempo que não é utilizado na produção mercantil? A este respeito, só queremos lembrar que os métodos de valorização do trabalho doméstico são relativos às receitas (inputs related), e sempre tomam como referência algum valor salarial.<sup>25</sup>

Na década dos sessenta esta problemática não foi uma área de interesse prioritário do feminismo, preocupado nestes anos por questões mais teórico-conceituais. Não entanto, em épocas recentes a situação muda e esta tradição manifesta um interesse por determinados aspectos desta problemática. Os aportes desde outras disciplinas – sociologia, historiografia, antropologia - não são indiferentes a este processo. Influenciadas e motivadas pelas mudanças que experimentam a vida das mulheres, desde mediados dos anos setentas estão mais dispostas a abandonar o enfoque mais abstrato da economia e a pesquisar sobre o trabalho doméstico desde uma perspectiva mais concreta centrada nas práticas de um trabalho feminino dentro da família. Surgem assim novos conceitos e novas dimensões desta atividade: o “trabalho doméstico” se amplia a “trabalho familiar” que inclui o trabalho de mediação – realizado fora do espaço familiar - dentre as novas necessidades familiares e os serviços oferecidos pelo Estado de Bem-Estar; analisam-se as tarefas específicas de gestão dos espaços e tempos de trabalho no lar como atividade própria das mulheres e se distingue entre produção doméstica de bens e tarefas de “cuidado” ou “apoio” a pessoas dependentes (Borderias e Carrasco, 1994).

Desta maneira, estas novas contribuições pesquisam e revelam dimensões do trabalho doméstico que transcendem o valor de mercado. O renovado interesse – e também a inquietude - das economistas feministas surge da constatação que todos os esforços realizados desde as distintas perspectivas econômicas – neoclássica, marxista ou especialistas da quantificação - tendendo a valorizar o trabalho doméstico, não consideraram os novos aspectos desta atividade e mantém como referência o trabalho assalariado.<sup>26</sup>

A problemática anterior tem relação direta com a possível inclusão do trabalho doméstico no PIB.<sup>27</sup> Este é um assunto controvertido. Por uma parte, se argumenta que se o trabalho não remunerado das mulheres não for incluído no PIB permanecerá invisível e não será valorizado; outros mais extremistas afirmam que a identificação do trabalho doméstico como trabalho assalariado faz possível o reconhecimento de uma parte de dita atividade, mas também contribui a que outro conjunto de tarefas que realizam as mulheres no lar permaneça invisível, em particular aquelas que não tem substituto de mercado (Himmelweit, 1995), além que enfatizar tanto o valor do trabalho doméstico poder levar a enaltecer o papel da dona de casa e prejudicar a luta das mulheres pela igualdade (Bergman, 1996).

Em todo caso se evidencia a incapacidade conceitual das estatísticas para tratar uma definição aceitável de trabalho e o interesse de uma sociedade patriarcal de

---

<sup>25</sup> Os diversos métodos estão detalhados em Carrasco (1991), Beneria (1992), Borderias e Carrasco (1994), Bruyn-Hundt (1996).

<sup>26</sup> Carrasco (1998)

<sup>27</sup> Bruyn-Hundt (1996), número 19 da revista Política e Sociedad (1995).

manter oculta a atividade das mulheres (Waring, 1988; Beneria, 1988, 1993; Chinchetru, 1997).

Definitivamente ao não se outorgar um valor de mercado às atividades do lar, o risco é ter estas atividades esquecidas e junto com elas continuem invisíveis as pessoas que as realizam: as mulheres. Mas, também se coloca o problema de como reconhecer o trabalho das mulheres sem necessidade de outorgar um valor de troca a todas as atividades não monetarizadas já que muitas delas não são compatíveis à produção mercantil.

Desde que em 1933 a Comissão Estatística das Nações Unidas incorpora as “contas satélites”, a discussão sobre a valorização do trabalho doméstico se institucionaliza.<sup>28</sup> O objetivo de uma conta satélite da produção doméstica é proporcionar informação sobre os trabalhos realizados no lar, a produção de bens e serviços para o autoconsumo dos membros do lar e estimar uma valorização de tal atividade. Isto motiva aprofundar em dois aspectos. Por uma parte, no estudo dos “trabalhos de cuidados” que tradicionalmente a economia tinha relegado a uma espécie de limbo porque não sabia muito bem como categoriza-los. A discussão envolve assuntos como a conceituação, o reconhecimento, as políticas sociais e a possível remuneração. Por outra parte se discute a noção de bem-estar baseada unicamente em bens materiais e serviços, e se enfatiza o uso do tempo como determinante de qualidade de vida. Questiona-se que se o objetivo é tentar medir o bem-estar social se deve ter uma visão muito mais realista e global da sociedade, incorporando nas análises, todas as formas de atividades humanas desenvolvidas para tal fim.

Para isto é necessário transcender das categorias que refletem a forma como os homens entram na economia capitalista, contribuindo e desenvolvendo ferramentas mais adequadas para compreender melhor as atividades que implicam cuidados e afetos, que são realizadas especialmente por mulheres e que normalmente têm sido caracterizada como “não trabalho”.

## **Mercado de trabalho e relações de gênero**

A análise da participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido objeto de uma grande produção teórica e empírica. Também é importante a situação socioeconômica que as mulheres tem vivido nas últimas décadas: frente a uma crise econômica generalizada (ao menos durante alguns períodos), continua aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. De fato as mulheres são em muitos países o único setor de população que aumenta sua atividade durante a recessão.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Varjonen (1998) representa de alguma maneira a versão institucional do problema.

<sup>29</sup> Os efeitos da recessão sobre o trabalho das mulheres é um tema controverso. Existem três hipóteses - visto como amortecedor, como segmentação e como substituição- dependendo de cada situação particular. Rubery (1988).

A discussão patriarcado/capitalismo já tinha originado as primeiras polêmicas em torno ao trabalho assalariado feminino, enfrentando-se a “lógica patriarcal” à “lógica capitalista”. Dois dos aspectos destacados deste debate tem que ver, um com a caracterização das mulheres como exercito industrial de reserva nos termos definidos por Marx e outro, com o chamado “salário familiar”. Com respeito ao primeiro, a caracterização das mulheres estava baseada no reconhecimento de uma elevada elasticidade do trabalho doméstico, o que permitiria ao capital, maior flexibilidade na contratação de mão de obra feminina. As mulheres seriam utilizadas como mão de obra de reserva, susceptível de incorporar-se ou retirar-se do mercado capitalista segundo as necessidades no seu processo de acumulação (Beechey, 1977). As críticas a estas hipóteses foram diversas e não demoraram a chegar.<sup>30</sup>

O segundo tema é o denominado “salário familiar” -um nível de salário suficiente que permite ao homem manter esposa e filhas(os) – que significou uma luta de reivindicação dos sindicatos a partir de 1840. A argumentação a partir da lógica do patriarcado diz que a explicação do “salário familiar” tem de se ligar à posição das mulheres na família e não pode ser analisada só com categorias marxistas devido à ausência de uma teoria da família em Marx (Beechey, 1978; Hartmann, 1979). Os trabalhadores masculinos teriam formado uma frente contra a proletarização universal (mulheres, crianças) não só porque estes outros setores poderiam constituir uma “concorrência barata” senão também - e mais importante - porque o trabalho assalariado das mulheres e crianças põe em perigo a autoridade patriarcal do homem no lar. Esta posição também esta cheia de pontos controversos.<sup>31</sup>

Os diferentes desenvolvimentos analíticos existentes desde a década dos oitenta se caracterizam – diferente dos anos anteriores - por um pluralismo teórico que tem como consequência um avanço considerável na economia feminista. A problemática abordada é muito heterogênea, porém existem algumas reconceitualizações e construções teóricas que marcam os estudos das últimas décadas. Em primeiro lugar a generalização entre as economistas feministas do uso da categoria “gênero”. Tanto “gênero” como “patriarcado”, foram dois conceitos de rupturas para o movimento formulados nos anos setenta. Porém, assim como o patriarcado – ao menos desde a perspectiva econômica- está presente nos discursos desta época , o gênero vive seus maiores êxitos de aplicação a partir dos anos oitenta. O gênero - diferente do sexo, que significa o biológico- representa tudo aquilo que nos homens e mulheres é produto de processos sociais e culturais. Em particular, em economia a introdução do conceito na análise do trabalho das mulheres tem tido consideráveis implicações nas teorias do mercado de trabalho e nos estudos sobre a organização do trabalho.<sup>32</sup>

Em segundo lugar, existe um verdadeiro interesse em recolocar categorias tais como produção ou trabalho para eliminar o recorte ideológico que leva a desvalorizar ou não considerar o trabalho das mulheres: qualquer conceitualização da atividade econômica

---

<sup>30</sup> O balanço da discussão esta em Borderias e Carrasco (1994)

<sup>31</sup> Ibidem

<sup>32</sup> Bergman (1986), Crompton e Mann (1986), Beneria e Rodan (1987), Beechey e Perkins (1987), Jenson, Hagen e Reddy (1988), Collins e Gimenez (1990).

deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados à subsistência e reprodução das pessoas, independentemente das relações sob as quais se produzam (Beneria, 1979, 1988).

Em terceiro lugar, como construção teórica relevante está o conceito de reprodução. Embora a idéia de reprodução aparece já no “debate” ligada ao papel do trabalho doméstico e à reprodução da força de trabalho, será apenas posteriormente que ocupará um lugar central. A “reprodução social” pode ser entendida como um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção (Seccombe, 1974; Beneria e Sem, 1982; Beneria, 1979). Desde esta perspectiva, a divisão sexual do trabalho adquire uma dimensão diferente: dever ser analisada nas suas inter-relações dentro de um sistema em movimento, em contínua transformação. Assim se rechaça o tratamento tradicional da economia que realiza uma separação artificial entre a esfera de produção - considerada como principal objeto de estudo- e a de reprodução - subsidiária ou dependente da anterior -. Este novo enfoque atribui o mesmo status conceitual para aqueles dos sistemas e, para tanto, às atividades que se realizam em cada um deles (Beneria, 1979, 1988; Picchio 1984). A esfera de reprodução, além de ser entendida como parte integral da economia, mantém uma “autonomia relativa” em relação à esfera da produção, e a família deveria ser considerada como elemento central da análise (Humphries e Rubery, 1984).

Paralelo ao desenvolvimento das novas elaborações teóricas coloca também a crítica às teorias de mercado de trabalho existentes: “...a pesquisa feminista colocou alguns problemas fundamentais que afetam às teorias do processo de trabalho e de mercado de trabalho, todos eles relacionados com sua conceitualização da produção e sua omissão sobre o gênero”.<sup>33</sup> Para as teorias da segmentação e do mercado dual se reconhece um maior poder explicativo que para as teorias neoclássicas do mercado de trabalho, também são fortemente criticadas desde o feminismo pela suposta neutralidade sexual de seus pressupostos.<sup>34</sup> Questiona-se a definição das mulheres como mão de obra secundária baseando-se em dados empíricos que contradizem esta afirmação<sup>35</sup> e se questionam as noções de qualificação e desqualificação que ocupam um lugar central nas análises marxistas depois da obra de Braverman.<sup>36</sup> A noção de qualificação não é um conceito exclusivamente técnico, senão que está modelado socialmente e depende basicamente dos esforços masculinos - canalizados através dos sindicatos - para tentar reservar os critérios de maior qualificação para as tarefas que realizam os homens, excluindo às mulheres dos postos de trabalho mais bem remunerados (Beechey, 1988; Maruani, 1991). Isto tem

---

<sup>33</sup> Beechey (1990). A citação é da versão castelhana em Borderias et al. (1994:432).

<sup>34</sup> Este é um dos temas tratados de forma interdisciplinar. Na discussão participam economistas, sociólogas, historiadoras.

<sup>35</sup> Por exemplo, muitos trabalhos realizados por mulheres -como enfermagem ou ensino- já contam com um plano de carreira escalonado análogos a outras profissões “masculinas” e não podem ser qualificados de “secundários”.

<sup>36</sup> Braverman (1974) afirma que a luta pelo controle do processo de trabalho entre capital e trabalho tem levado a um processo de desqualificação da mão de obra. Uma causa deste processo teria sido a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Tanto esta afirmação como nos termos em que define o conceito de desqualificação tem motivado uma forte crítica por parte das mulheres feministas.

relação com a diferença entre “trabalhos masculinos” e “trabalhos femininos”, é dizer com a segregação dos empregos por sexo como consequência das relações de classe e de gênero.

Desde uma perspectiva nitidamente econômica o enfoque do mercado dual se mostra incapaz para dar resposta à problemática do trabalho das mulheres por considerar só o “lado da demanda” nas análises da estruturação do trabalho. Uma alternativa com maior poder explicativo deveria considerar um processo dinâmico a interação entre a demanda de trabalho da esfera da produção e a oferta de trabalho da esfera da reprodução condicionada pelas características dos diferentes grupos sociais (Humphries e Rubery, 1984). Em resumo, a pesquisa feminista destaca problemas fundamentais conectados com as teorias do mercado dual, todos eles relacionados com a conceituação do trabalho e a omissão do gênero. Daí que muitas autoras concluem que são teorias que servem para analisar a experiência trabalhista masculina, mas não a feminina já que representam um trabalhador industrial masculino.

Os estudos feministas, ao criticar a inadequação de muitas das categorias sobre o trabalho elaboradas pelas teorias do mercado dual e as teorias marxistas para captar a experiência feminina, estão colocando em evidência que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e a produção. Diversas linhas de pesquisa sobre aspectos específicos se encarregam de corroborar esta hipótese. Dentre elas, se destacam os estudos sobre o trabalho em tempo parcial e a desigualdade do gênero, que mostram que este tipo de emprego se cria preferencialmente, quando se contrata a mulheres e que por ter alguns aspectos positivos pode converter-se em gueto feminino e precário (Ber, 1983); Beechy e Peerkins, 1987; Rubery, Horrell e Burchell, 1990; Horrell e Rubery, 1991; Plantenga, 1995); o efeito das recessões sobre o trabalho feminino que mostra como os diversos países se enfrentam às recessões desde uma perspectiva diferente – relacionando de maneira específica os sistemas de produção mercantil, público e familiar- em quanto à posição das mulheres na estrutura social e econômica (Rubery e Wilkinson, 1981), os problemas relacionados com gênero e tecnologia (Cockburn, 1983, 1986), a segregação ocupacional, o subemprego, os mercados internos de trabalho e as diferenças por gênero.<sup>37</sup>

Por outro lado, cada vez mais se desenvolve um quadro analítico integrado entre a chamada “esfera familiar”, “esfera mercantil” e “esfera pública” entendendo que os três âmbitos constituem um único todo social e o estudo da situação socioeconômica – particularmente das mulheres - deve realizar-se necessariamente a partir desta perspectiva, não sendo possível captar a problemática no mercado de trabalho se não forem levadas em consideração restrições e condições familiares e a atuação das políticas sociais<sup>38</sup>.

Também existem tentativas para explicar os salários mais baixos das mulheres. Depois de longos debates - iniciados com a discussão sobre o “salário familiar”- e uma quantidade de estudos empíricos, uma das hipóteses mais aceita afirma que o salário das mulheres depende tanto da posição destas no lar como no mercado de trabalho. Diferente

---

<sup>37</sup> Sobre estas temáticas existe uma ampla bibliografia . Crompton e Mann (1986), Brown e Pechman (1987), Jenson et al. (1988).

<sup>38</sup> Beneria e Rodan (1987), Beneria (1992), Siltraen (1994) Gardiner(1997)

das teorias do patriarcado que estabelecem que os salários das mulheres podem ser explicados com referência unicamente a seu papel familiar, desde uma perspectiva socialista-feminista se afirma que a explicação exige também ter em conta a hipótese de segregação no mercado de trabalho. Assim, os baixos salários se utilizariam não só para reproduzir os valores patriarcais senão também teriam um objetivo competitivo. Definitivamente, os níveis salariais femininos estão influenciados tanto pelas características sociais das mulheres como responsáveis do trabalho doméstico, como pelo sistema geral de determinação salarial e de proteção do emprego que prevalece no mercado de trabalho e que em parte depende do poder de negociação dos diversos grupos de trabalhadoras(es) (Rubery, 1978, 1991).<sup>39</sup>

Finalmente, é preciso assinalar os importantes estudos comparativos sobre distintos aspectos da participação feminina no mercado de trabalho, realizados entre os diversos países europeus pela Comissão Européia para a Igualdade de Oportunidades.<sup>40</sup> Mesmo com um enfoque globalizador,<sup>41</sup> muito tem se aprofundado os estudos sobre as qualificações e o acesso ao emprego das mulheres, os problemas e vantagens das políticas de igualdade de oportunidades, as relações de gênero e os mercados internos de trabalho, as diferenças salariais entre sexos, o trabalho em tempo parcial na Europa e os efeitos das políticas sociais na sua relação com o trabalho e as condições de vida das mulheres.

### **A falsa neutralidade das políticas econômicas**

Embora existam pesquisas anteriores, é nos anos oitenta –como resultado dos efeitos das políticas de ajuste nos países pobres e as políticas sociais restritivas de Reagan e Thatcher - que se conhece um forte desenvolvimento da tentativa de integrar a dimensão de gênero nos modelos e políticas macroeconômicas.

Desde então, tem havido um crescente reconhecimento sobre a existência de efeitos diferenciados sobre mulheres e homens das políticas de ajuste; no entanto, nos modelos macroeconômicos a ausência de relações de gênero continua sendo a norma. Em todo caso, sob a proteção do discurso econômico dominante, continua a implementação de políticas sem considerar a distinta experiência e relações de poder entre mulheres e homens.

Muitas medidas de mudança estrutural escondem um “silêncio conceitual”: a incapacidade de reconhecer explicita ou implicitamente que a reestruturação global esta tendo lugar num terreno com diferença de gênero (Bakker, 1994, p.1).

A economia feminista tem desenvolvido diversas linhas de pesquisa.<sup>42</sup> A primeira está relacionada com os efeitos específicos sobre a vida e o trabalho das mulheres derivados da aplicação de políticas econômicas de corte neoliberal. As políticas de ajuste

---

<sup>39</sup> Sobre estes aspectos, ver em particular os estudos realizados pelo “Grupo de Cambridge”.

<sup>40</sup> Uma boa referencia deste trabalho é Humphries e Rubery (1995)

<sup>41</sup> A idéia básica está em Rubery (1988)

<sup>42</sup> Bakker (1994)

levam a uma precarização do mercado de trabalho e a uma drástica redução dos benefícios sociais, o que repercute num incremento do trabalho familiar realizado pelas mulheres. Esta situação se traduz nos países industrializados num endurecimento das condições de vida particularmente das mulheres e jovens, nos grupos de baixa renda. Nos Estados Unidos cada vez mais se pesquisa sobre a “feminização da pobreza” que afeta basicamente -porém não sempre- a mulheres de raça negra. Nos países menos industrializados estas pesquisas se generalizam sob a forma de estudos sobre “gênero e desenvolvimento”. Este tipo de estudos com uma ampla bibliografia,<sup>43</sup> coloca de manifesto o falso suposto de neutralidade que tem os modelos macroeconômicos. O enorme custo dos ajustes estruturais que afeta a uma ampla camada da população tem viés de classe, gênero e raça. Em quanto à dimensão de gênero as políticas de ajuste modificam as relações entre produtiva e reprodutiva, deslocando-se a esta última, uma maior responsabilidade da sobrevivência familiar, situação agravada pela redefinição do sector público em favor do “privado”. A invisibilidade da transferência de custos da economia monetarizada à não monetarizada é um elemento significativo da reestruturação e do ajuste (Bakker, 1994). Em geral, o problema é que os programas de estabilização não levam em conta a transferência de custos do mercado à família e que o “fator de equilíbrio” é a habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitam a sobrevivência da família com menos rendimentos e mais trabalho (Beneria, 1995).

Um segundo campo de pesquisa guarda relação com os modelos macroeconômicos basicamente de corte keynesiano. São criticados por ser “cegos ao sexo” ignorando totalmente o trabalho doméstico e de manutenção realizado no lar e sua relação com o desenvolvimento humano, a qualidade da força de trabalho de trabalho, a atividade econômica e o produto nacional. Oferecem uma visão parcial e distorcida da realidade que não colabora na elaboração e implementação de políticas mais neutras e redistributivas. Isto se relaciona com as discussões em torno ao bem-estar e qualidade de vida. Acontece por exemplo, que em situações econômicas difíceis -aumento desemprego, diminuição serviços públicos- aumenta a produção doméstica e as mulheres tendem a desenvolver varias atividades simultaneamente (sejam ou não mercantis) e a intensificar seu tempo de trabalho. Isto contribui para o bem-estar familiar embora diminua seriamente o bem-estar das mulheres. A análise destas situações deveria ser levada em conta quando da adoção das políticas macroeconômicas (Beneria, 1992; Floro, 1995b).

Uma terceira linha de pesquisa tem a ver como afirma Bakker (1994), com a conceituação dos mercados na economia convencional. A crítica argumenta que os mercados, numa relação de gênero, são instituições com relações de poder assimétricas.

Portanto, qualquer mecanismo que exclua a uma parte da população ou diminua seus benefícios por efeito destas relações, deveria implementar estratégias específicas destinadas a compensar seus efeitos. A este respeito é paradigmática a situação reiteradamente denunciada nos países europeus industrializados em relação ao viés de gênero que manifesta o funcionamento dos estados de bem-estar. O efeito resultante da relação mais débil das mulheres com o mercado de trabalho junto com o acesso fundamentalmente por

---

<sup>43</sup> Joekes (1987), Beneria e Roldan (1987), Tinker (1990), Pearson (1992) e Élson (1995). Em particular, vol 23, n°11 de 1995 do *World Development* é um número monográfico dedicado a “gênero e macroeconomia”.

via contributiva às prestações sociais (em particular as transferências monetárias) é uma cidadania social de menor categoria para as mulheres. A articulação de políticas mais adequadas poderia colaborar na construção de uma sociedade e um estado de bem-estar mais igualitário. (McLaughlin, 1995).

Tudo exposto até aqui é consequência de não considerar, por um lado, o fato de que os mercados operam sem reconhecer que o trabalho não monetizado de reprodução e de manutenção da vida contribui à realização das relações de mercado, mais ainda, que na ausência deste trabalho, o mercado de trabalho não poderia funcionar (Élson, 1994), e por outro lado, que as mulheres não participam do mercado com os mesmos recursos, condições e mobilidade que os homens, devido à distinta valorização por sexo no trabalho familiar.

Definitivamente, o que se pretende desde a economia feminista em sua crítica à macroeconomia e a concepção das políticas econômicas é desenvolver perspectivas que considerem as relações de gênero tanto na elaboração de estruturas conceituais e modelos formais como na pesquisa empírica estatística de países específicos, estudos comparativos entre eles ou em diagnósticos de problemas macroeconômicos e a formulação das correspondentes políticas para tentar dar-lhes solução (Catagay et al., 1995).

### **Crítica metodológica e novas perspectivas de análises: a falácia do “homo economicus”**

Finalmente, uma área de estudo que tem estado presente na economia feminista nas últimas décadas e que se articula com a releitura do pensamento econômico, tem a ver com aspectos metodológicos da disciplina.<sup>44</sup> Questiona-se a lógica e a consistência dos pressupostos, se discute a neutralidade das categorias e enfoques utilizados acusando-os de parciais e com forte componente ideológico de gênero, avançando assim no desenvolvimento de novas aproximações teóricas mais globais e integradoras.<sup>45</sup>

A crítica se dirige tanto à escola neoclássica como à marxista, embora a primeira – por ser a escola dominante tanto na academia como entre os que ditam as políticas econômicas – tem concentrado maior interesse atraindo maior atenção. Em relação ao comportamento das pessoas, em ambas tradições assume-se que o interesse individual motiva as decisões dos homens no mercado capitalista, entretanto, não é o que motiva a homens e mulheres na esfera privada do lar. Dois pressupostos teóricos confirmam esta afirmação: na tradição neoclássica, a existência de uma função de utilidade conjunta no lar oculta as possibilidades de conflito entre os membros da família; na tradição marxista, o suposto de que o interesse da classe é o prioritário e determinante, oculta as

---

<sup>44</sup> Embora de fato em toda a temática tratada surjam críticas metodológicas, neste capítulo se tratam especificamente questões mais relacionadas com marcos analíticos.

<sup>45</sup> A este respeito tem sido importante a presença da revista *Feminist Economics*. Outras compilações Ferber e Nelson (1993), Humphries (1995) e Kuiper e Sap (1995).

possibilidades de conflito entre pessoas de uma mesma classe social (Folbre e Hartmann, 1988). Desta maneira, em ambos casos, a família é idealizada como a instituição sem conflitos e, portanto, o comportamento egoísta e individualista teria estritos limites mercantis.

Na base dos modelos econômicos da escola neoclássica está o indivíduo racional, autônomo e egoísta que maximiza individualmente face às restrições externas. Este personagem identificado como “homo economicus” assemelha-se “a um fungo”,<sup>46</sup> cresce totalmente formado e com suas preferências desenvolvidas. Como nas histórias de Robinson Crusoe, não tem infância, nem velhice, não depende de ninguém, nem é responsável de ninguém, só de si mesmo. O meio não o afeta, participa na sociedade sem que esta o influencie: atua num mercado ideal onde os preços são sua única maneira de comunicação, sem manifestar relações emocionais com outras pessoas (England, 1993; Nelson, 1993, 1995). No entanto a Nova Economia da Família, pressupõe um comportamento distinto na família. O egoísmo está reservado a alguns membros jovens, já que os adultos com poder (chefe de família) supostamente são altruístas. Assim a “família altruísta” não só serve para legitimar as desigualdades entre mulheres e homens senão também para justificar que este pressuposto não pode ser usado no mercado. Desta maneira se reforça o dualismo conceitual entre o mercado – onde se pressupõe que todos atuam procurando seu próprio interesse - e família ideal – onde reina a harmonia e as regras altruístas- O resultado é que os conflitos e a desigualdade entre os distintos membros familiares permanecem ocultos (Folbre e Hartmann, 1988; England, 1993; Nelson, 1995; Hopkins, 1995).

A alternativa ao “homo economicus” é pensar de maneira mais realista: as pessoas não somos “fungos” que saímos da terra. Nascemos de mulheres, somos cuidadas(os) e alimentadas(os) na infância, socializadas(os) na família e grupos comunitários e a norma é que somos interdependentes ao longo da vida. Assim, os modelos –sob os pressupostos do “homo economicus”- são incapazes para incorporar as idéias de responsabilidade ou dependência, necessárias para compreender muitos comportamentos e, para isso é necessário desenvolver novos esquemas conceituais que integrem supostos tanto de individualidade como de inter-relação influenciados ambos pelo meio social.

Por sua parte, a tradição marxista se mostra insuficiente na análise dos comportamentos das pessoas: o estudo dos fenômenos em termos de grupos em conflitos sem referência às intenções ou percepções dos indivíduos particulares, conduz a que os comportamentos apareçam rigidamente determinados pela estrutura social com pouca capacidade de opção pessoal (Seiz, 1991). Assim, o pensamento marxista diferente da escola neoclássica, não se baseia no pressuposto do agente racional egoísta: no entanto, utiliza a retórica da solidariedade de classe com o qual ressalta a exploração no lar. Os “interesses de classe” trabalhados pelos marxistas tem estado tradicionalmente definidos como os interesses dos homens de classe trabalhadora presumindo que o resto dos membros da familiares compartilha os mesmos interesses do “homem chefe de família”

---

<sup>46</sup> Nelson (1993:292). Esta “comparação”, utilizada por Nelson e outras autoras, esta baseada na sugestão de Thomas Hobbes de considerar os homens como fungos surgidos da terra, que de repente chegam à maturidade sem nenhum tipo de inter-relações entre eles.

(provedor monetário). Isto tende a minimizar qualquer conflito potencial entre mulheres e homens, seja na casa ou no trabalho assalariado. Desta maneira, a retórica dos interesses de classe elimina a possibilidade de que existam interesses de gênero. De fato, as discussões de anos anteriores –o “debate”, as críticas às teorias da segmentação, a discussão do salário familiar, o conceito de qualificação, etc.- já tinham posto de manifesto esta limitação das teses marxistas.

Definitivamente, a partir do feminismo ambos paradigmas são criticados por idealizar a família e por não permitir as análises das diferenças de gênero. Coloca-se a necessidade de eliminar o viés androcêntrico em economia para poder desenvolver teorias mais globais que integrem comportamentos mais próximos à realidade e evitar as concepções duais para análises das atividades de mulheres e homens. A insatisfação com ambos paradigmas incentiva a preocupação pela elaboração de novas propostas teóricas e metodológicas que permitam uma análise mais realista do funcionamento social e econômico. Assinalamos dois que, ao nosso ver são relevantes: uma dentro do campo da microeconomia e outra relacionada com um enfoque global mais a nível macroeconômico. Nos dois casos se trata de desenvolvimentos incipientes e não de teorias acabadas.

A primeira proposta utiliza os modelos de negociação para analisar a situação das pessoas na família e no trabalho assalariado (Sen, 1990). Segundo ela, a família se define como uma instituição de “conflito cooperativo”. Por um lado, os cônjuges cooperam para aumentar as possibilidades de consumo do qual ambos são favorecidos, mas por outra se estabelece um conflito ao ter que decidir entre as diversas possibilidades de distribuição de tarefas e de consumo. A negociação – que pode ser implícita ou explícita - tem que ver então com a forma como cada um dos cônjuges utiliza o tempo e como os ganhos de consumo que significa a cooperação. A idéia básica consiste em que a pessoa que tem uma situação tal que seu custo de terminar o relacionamento é menor que a da outra, está em melhores condições de conseguir uma negociação favorável em consumo e em distribuição dos trabalhos. Desta maneira, os modelos de negociação abrangem ambos aspectos: os cooperativos, mais próprios da teoria neoclássica e os conflitivos, enfatizados pelas(os) marxistas.

Mesmo que a formulação de Sen, não discuta as relações de gênero, estas são posteriormente incorporadas na análise, por mulheres economistas que utilizam a mesma estrutura desde uma perspectiva feminista.<sup>47</sup>

A segunda linha de estudo a tem como desenvolvimento de um enfoque global integrador que elimine os dualismos tradicionais em economia. Isto corresponde à ausência de um quadro analítico capaz de especificar a relação produção-reprodução que caracteriza ao sistema capitalista, onde “a verdadeira missão do trabalho doméstico, ao contrario da produção de mercadorias é o bem-estar das pessoas e este deveria ser o interesse fundamental ao conseguir, mais tratado como problema social e não como “questão privada das mulheres” (Picchio, 1992b e 1996). Se trata por tanto, não somente de

---

<sup>47</sup> Folbre (1984) utiliza um modelo de negociação para analisar a relação entre as oportunidades salariais das mulheres nos países industrializados e as taxas de fecundidade. Hartmann(1981) utiliza a idéia de negociação para mostrar que o maior nível educativo das mulheres e suas melhores oportunidades de trabalho podem explicar o incremento dos divórcios nos Estados Unidos.

analisar conjuntamente a relação família-mercado, de trabalho políticas públicas, como também – e especialmente - considerar no centro da análise o processo de reprodução social. Significa abandonar “o mercado” como eixo do sistema socioeconômico e situar no seu lugar o âmbito familiar, desde onde se organiza o processo de reprodução em torno ao qual se articulam os demais processos (Picchio, 1992<sup>a</sup>, 1992b, 1996). Este enfoque é totalmente oposto à tradição neoclássica que subordina a organização familiar à eficiência do mercado e aceita como ótima solução, para o problema de conciliação entre produção e reprodução que as mulheres assumam o trabalho que supõe a responsabilidade da privatização do processo de reprodução social.

Definitivamente, estes enfoques não só tentam dar a mesma importância teórica a ambas esferas, senão que afirmam uma ruptura com as aproximações tradicionais: abandonam o mercado como eixo central de toda a atividade econômica-social e o substituem pela esfera de reprodução (Borderia e Carrasco, 1994) p.82).

\* \* \*

O conjunto de idéias e discussões que acabamos de resumir mostra o estado do debate de um processo que está em curso. O objetivo é claro: pretende-se reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se define, se mede e se estuda a economia além de desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto: o trabalho familiar doméstico e suas relações com o que se constitui seu objeto de estudo, a produção e a troca mercantil. Um longo caminho falta ainda para ser percorrido. E é nele que estamos.